

O TRABALHO COMO CENTRALIDADE DA CONDIÇÃO JUVENIL

WORKING WITH CENTRALITY FOR JUVENILE PEOPLE

Luiz Henrique Roberti*

Resumo: O presente artigo é derivado da síntese de parte de dissertação de mestrado defendido no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). Buscamos abordar as relações dos jovens brasileiros das camadas populares da classe trabalhadora com o trabalho, este visto sob a concepção marxiana. Para identificar os sujeitos da relação de sentido, fizemos, também sinteticamente, uma abordagem sobre os estudos da juventude baseando em referências de estudiosos brasileiros e estrangeiros. Para situar as relações dos jovens com o trabalho, abordamos elementos da configuração das relações de produção, de trabalho e de ordenamento social brasileira na história brasileira mais recente. O objeto de investigação, *a relação entre juventude e trabalho*, se desdobra, então, tanto na problematização de se perceber a centralidade e a forma da manifestação do trabalho dentre a juventude, quanto na possibilidade de se perceber sinais que demonstrem em que medida a juventude faz permanecer e ou modificar as demarcações da classe trabalhadora. Entretanto, as percepções sobre os jovens e suas relações e sentidos com o trabalho podem contribuir com as perspectivas de investigação sobre a juventude em outras esferas sociais e campos de pesquisa como a educação e a cultura.

Palavras-chave: Educação e trabalho. Juventude. Sentidos do trabalho. Trabalho.

Abstract: This article is derived from the synthesis of dissertation masters program in post-graduate college education federal university of Minas Gerais (FAE / FMG). We seek to address the relationships of young Brazilians from lower classes of the working class with the work under this aims Marxian conception. to Identify the subject of the relation of meaning, we, also synthetically, an approach to the study of youth based on references to Brazilian and foreign scholars. To situate the relationships of young people with the work, we address the configuration elements of the relations of production, labor and land Brazilian social history in the most recent Brazilian. the object of research the relationship between youth and work unfold, then Both of questioning, as if realizing the centrality and form of manifestation of the work among the youth, as the possibility of perceiving signs that show the extent to which youth is staying and or modifying the boundaries of the working class. However, perceptions about young people and their relations and senses work can contribute to the research perspectives on youth in other social spheres and fields of study such as education and culture.

Keywords: Education and work. Youth. Meanings of work. Work.

Apresentação

O presente artigo busca sintetizar parte do estudo por nós realizado e descrito em dissertação de mestrado sob o título *Juventude e Sentidos do Trabalho: Estudos sobre ex-participantes do ProJovem*¹.

O referido estudo demandou abordagens em campos distintos de pesquisa acadêmica como a Sociologia do Trabalho, a Sociologia da Educação e a Sociologia da Juventude.

Nesse sentido, tratou do desenvolvimento da noção social de juventude, da abordagem acadêmica dos temas da juventude e das políticas públicas implementadas para essa faixa etária no Brasil. No campo empírico buscou apreender elementos concretos e complexos da realidade dos jovens das classes trabalhadoras brasileiras que se constituem em problemas e fundamentais para tais jovens e, portanto, para as classes trabalhadoras e suas condições de protagonismo social e histórico presente e futuro. Assim, desenvolvemos nossa investigação através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a alguns jovens e profissionais egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem) (BRASIL, 2005) implementado na cidade de Belo Horizonte entre os anos de 2005 a 2007. As entrevistas junto aos jovens abordaram as suas experiências de formação e de trabalho apreendendo os sentidos que construíram acerca do trabalho. Nesse ponto da pesquisa tratamos de analisar o referido programa oficial, voltado para os jovens das camadas populares brasileiras e seu contexto dentro do estágio histórico atual do Estado brasileiro e seus limites de elaboração de políticas realmente efetivas para a superação dos problemas derivados do desenvolvimento do sistema produtivo e social capitalista.

Para desenvolver o presente artigo, entretanto, não abordaremos as análises feitas acerca do ProJovem e nem a problematização detalhada desenvolvida na pesquisa sobre a constituição da noção de juventude, dos conceitos e teorias desenvolvidas em torno dessa temática e nem as análises feitas acerca das limitações das políticas públicas direcionadas para o público jovem pelo Estado Brasileiro. Devido os limites da formatação de artigo, buscaremos desenvolver, resumidamente, apenas a parte que trata das relações do campo do Trabalho com o campo da Educação na análise da condição juvenil atual das classes trabalhadoras brasileiras.

Num primeiro momento, partiremos das transformações no campo do trabalho, suas determinações nas condições e relações de trabalho. Posteriormente, buscaremos perceber as implicações complexas dessas mudanças nos sentidos que os trabalhadores, em especial os jovens, vêm dando à esfera do trabalho como prática social, ou seja, como atividade prática de trabalho e como relações sociais.

O objeto de investigação, *a relação entre juventude e trabalho*, se desdobra, então, tanto na problematização de se perceber a centralidade e a forma da manifestação do trabalho dentre a juventude, quanto na possibilidade de se perceber sinais que demonstrem em que medida a juventude faz permanecer e ou modificar as demarcações da classe trabalhadora.

Entretanto, as percepções sobre os jovens e suas relações e sentidos com o trabalho podem contribuir com as perspectivas de investigação sobre a juventude em outras esferas sociais e campos de pesquisa como a educação e a cultura.

Os jovens, mudanças e os sentidos do trabalho

Para além da necessária identificação das condições especificamente difíceis e precárias do trabalho e das condições sociais da maioria dos jovens brasileiros, serão aqui identificados frente as variadas situações e contextos da realidade do trabalho no Brasil, algumas possíveis dimensões subjetivas desses jovens *no* e *com* o trabalho.

Foi perspectiva da nossa investigação buscar perceber um conjunto de valores que permanecem e que se modificam, que se adaptam às prescrições e novos perfis, ou que produzem novas contradições e resistências, mais ou menos conscientes.

Enfim, elementos que possam indicar nessa esfera social central (o trabalho), potencialidades e possibilidades de fortalecimento de uma contraposição crucial no campo da luta de classes entre capital e trabalho, que possam estar em formação, desconstrução, reconstrução, de forma latente ou manifestada claramente nas ações e expressões desses jovens.

Ao pretender identificar os sentidos do trabalho para a juventude, mais especificamente para os jovens da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2007), nossos estudos partiram de dois pressupostos.

O primeiro, de que os seres humanos estabelecem sentidos em relação ao trabalho, ou seja, se colocam em uma prática social com dimensões fisiológicas (o corpo no trabalho), dimensões cognitivas (atividade consciente). Além de uma dimensão social e ética (que implica pessoalmente o trabalhador e sua relação com outros) (LIMA, 2002).

O segundo, que o trabalho como prática social, não se reduz ao momento ontologicamente fundante do ser social (o que é ne-

cessário), mas desenvolve-se no processo histórico das relações sociais e das forças produtivas (LUKACS, 1997; LESSA, 2006).

Portanto, as dimensões conscientes, fisiológicas e éticas do trabalho se constituem em processo, se transformam e se interagem. Sendo assim, determinadas novas gerações de seres-humanos trabalhadores, determinadas juventudes em situações concretas, estabelecem novas relações e sentidos com o trabalho dentro de um campo de possibilidades e necessidades historicamente constituídas.

O processo de construção de novas relações subjetivas com o trabalho parte, como toda nova produção no campo da ideia, da alteração das relações sociais e das forças produtivas na história, mas não como um reflexo mecânico e imediato.

A forma concreta desta será uma interação complexa, onde o agir humano será, ao mesmo tempo, determinado e uma ação sobre o determinante. Portanto, para o caso de uma caracterização da juventude em relação com o trabalho não corresponderá uma única e homogênea forma. Sobretudo devido a fragmentação da própria esfera determinante, no caso as formas concretas em que se dão atualmente o trabalho.

As ciências sociais em outros países têm realizado estudos sobre essa temática há bem mais tempo, o que pode nos permitir, através da comparação cuidadosa, uma base teórica para caracterizações mais gerais e outras mais específicas da juventude brasileira.

Linhart (2006), tratando da centralidade do trabalho na França, analisa a vigência de uma ambivalência na relação com o trabalho na sociedade contemporânea. Aponta dois momentos na história recente do ocidente capitalista, onde prevalecem aspectos diferenciados nessa relação.

O primeiro tempo a autora chamará de “tempo de recusa”. Nos anos 1960 emergem movimentos de resistência ao trabalho de seus aspectos negativos constituídos por greves violentas, de reivindicação de tempo livre, absenteísmo, rotatividade. Tal relação negativa com o trabalho será imputada principalmente aos jovens que representavam outra geração num outro tempo da sociedade contemporânea.

Outro momento, pós-1975, no contexto da crise estrutural do capitalismo, introduziu uma série de reestruturações produtivas que refletiram no mundo do trabalho, como foi vista anteriormente. Esse outro momento é fortemente marcado pelo crescimento do desemprego, configurado quantitativa e qualitativamente noutra patamar. Portanto, esse outro momento é definido pela “defesa do emprego” e medo do desemprego mesmo entre os jovens.

A ambivalência destacada inicialmente nos contextos históricos distinguidos por Linhart (2006) é posteriormente tratada como condição compartilhada *por todos* nas sociedades contemporâneas. A relação ambígua com o trabalho está, portanto, em cada um, manifestando-se por um lado como negatividade e, por outro, como positividade. Tal ambiguidade trata-se, da relação *estranhada* (alienada) com o trabalho dentro do sistema capitalista de produção e de sua organização social apontada por Marx (1970).

A inserção dos jovens no mundo do trabalho se constituiu na época do capitalismo desenvolvido em uma marca do processo de transição deles à vida adulta nas sociedades contemporâneas. Diante de profundas transformações das sociedades durante o século XX, não só as condições e as representações de juventude sofreram seguidas mudanças, mas também, os *paradigmas de transição* dos jovens para o mundo adulto foram se alterando e se diversificando com extrema rapidez.

Fazem parte desse complexo processo, além das mudanças estruturais da economia e do emprego, a expansão (ainda que profundamente desigual) da educação escolar, a emergência das culturas juvenis, das manifestações e movimentos juvenis e estudantis, a institucionalização social e jurídica da infância, os processos de conquistas sociais e de direitos iguais da mulher, das etnias e raças discriminadas, a emergência da indústria cultural e do entretenimento, das tecnologias da informação e de comunicação, entre outros fatores.

A esfera da produção e do trabalho se metamorfoseou, a configuração das classes se alterou e a própria classe trabalhadora também se diversificou e se fragmentou. Portanto, a juventude só deve ser apreendida no plural e sua relação com o trabalho tem de ser observada em cada contexto específico em que se assenta essa relação complexa.

Pode-se dizer que, a partir da crise após 1970 e a consequente reestruturação produtiva como resposta do sistema capitalista, a relação dos jovens com a esfera do trabalho estará profundamente demarcada pela questão do desemprego e com a precariedade das ocupações.

O que se percebe é que dentre a massa de desempregados que foi crescendo e estabelecendo outra funcionalidade estrutural no sistema, os jovens sofrem, em geral prioritariamente, as pressões dessa diminuição de postos de trabalho.

Ainda que essa seja uma situação de dimensão mundial do sistema, percebe-se uma gravidade ainda maior em estruturas socioeconômicas periféricas como o Brasil.

As profundas e humanamente destrutivas mudanças no mundo do trabalho, somadas com as transformações em outras di-

mensões da sociedade e das instituições e processos de sociabilidade, farão emergir o desemprego juvenil com uma acentuação problemática que preconizará demandas públicas mais ou menos estruturais conforme o contexto de cada país².

A diversidade e desigualdades sobre os sujeitos jovens concretos fazem da relação com o trabalho uma relação diferenciada, multifacetada e hierarquizada. Ser negro, negra; mulher, homem; com muita ou pouca escolaridade, com boa qualificação ou não; ser da classe “baixa” ou média; morar numa região central ou distante, marcada pela pobreza ou violência; ter filhos, não ter, estar casado ou não, com mais ou menos experiências, com mais ou menos relações interpessoais, fará diferença nas possibilidades de inserção, permanência e mobilidade no mundo do trabalho e nas oportunidades de ocupação.

Segundo Corrochano (2008), estudos e pesquisas na Europa, acerca da relação da juventude com o trabalho tiveram mais recentemente um olhar para o desemprego juvenil. Uma das questões indagadas nessas abordagens foi acerca de uma possível “recusa” dos jovens ao trabalho. A autora nos apresenta algumas caracterizações feitas por alguns analistas acerca das diversas situações concretas de desemprego enfrentadas de maneira diversificada pelos jovens e como tais situações produzem sentidos e subjetivações com o trabalho e com o desemprego, sem contudo configurar uma ausência de centralidade dessa esfera social.

Como fica o jogo de permanências e mudanças de culturas e representações entre gerações de trabalhadores diante de mudanças concretas no mundo do trabalho e da sociedade? Autores europeus apontam para novas relações da juventude frente o trabalho em crise como Sanchis (1997) que, desenvolvendo estudos acerca

do desemprego juvenil, aponta a constituição de uma “relação instrumental” dos jovens com o trabalho, sem nenhuma relação pessoal ou uma dimensão de realização com o trabalho, mas apenas como modo de “ganhar a vida”.

Em suas análises, Corrochano (2008) se contrapõe as conclusões de autores com André Gors e Schehr de que as atitudes negativas da juventude em relação ao trabalho seriam expressão do fim de uma sociedade do trabalho. A autora apresenta-se com posições contrárias a essas interpretações citando como base de suas posições autores como Bajoit e Franssen (1997), José Machado Pais (2003), entre outros.

Diante de mudanças na forma de produção material pode-se, e é preciso, como aponta Lima (2002), abordar as repercussões subjetivas e a reconstrução de sentidos dos trabalhadores em relação ao trabalho. Seria fundamental perceber como tais transformações se efetivam para as gerações jovens, que já adentram no mundo do trabalho sob nova normatividade.

Para Bajoit e Franssen (1997), o modelo tradicional do trabalho da era industrial trazia uma dimensão instrumental, que é o trabalho como meio de sobrevivência e uma dimensão expressiva, que corresponde a uma realização pessoal e social, mesmo diante de um trabalho penoso.

Contra as apreciações lapidares “os jovens perderam o sentido do valor do trabalho” é preciso sublinhar que o trabalho continua uma fonte importante de normatividade e uma experiência central de socialização. Trabalhar – quer dizer, exercer uma atividade produtiva com caráter social assegurando uma independência financeira – permanece, para todos os jovens que entrevistamos, uma expectativa básica, por vezes essencial, sempre importante (BAJOIT; FRANSSEN, 1997, p. 79).

Com a crise desse modelo ético, novas aspirações vão se constituindo. Se no modelo tradicional a realização pessoal se subordinava ao trabalho, agora a tendência seria o trabalho se subordinar à realização pessoal, mesmo permanecendo este como elemento e lócus essencial.

Porém, a maioria dos jovens se vê sem condições de construir, minimamente, as relações de trabalho que idealizam. Assim, no limite, acabam por submeterem-se a essa realidade do trabalho precário e destituído de sentido, visto que o desemprego é um dilema muito maior para eles.

Contudo, constroem estratégias de sobrevivência nesse meio ambiente não ideal do trabalho. A principal delas, apontadas pelos autores, é o distanciamento, uma relação instrumental com o trabalho, apenas pelo salário, para se conseguir outras vivências noutros espaços.

Outro elemento que se altera, conseqüentemente, é a perda de vigor da identidade coletiva no trabalho, de pertencimento a um “nós” trabalhadores, para uma experiência cada vez mais individual, isolada e, portanto, vulnerável frente às dificuldades estruturais e específicas do ambiente de trabalho.

Questões seriam possíveis, em meio à juventude brasileira, como elementos das novas orientações em relação ao trabalho abordados por Bajoit e Franssen (1997) em relação à juventude francesa. Se por um lado cresce e se hegemoniza os valores ou o discurso modernizante das empresas, das instituições escolares e de formação profissional, por outro, seria perceber até que ponto os sentidos e representações do trabalho da juventude brasileira ainda estariam influenciados por outras heranças histórico-culturais específicas como o sistema escravista, a economia familiar

tradicional ou, mesmo por uma tardia ética do trabalho, de conteúdo mais clássico, constituída por uma classe trabalhadora recentemente formada.

Por um lado, uma cultura do trabalho marcada pela permanência significativa de um conceito negativo do trabalho reforçado pela herança escravista, mas, por outro, uma ideia de dignidade, de sociabilidade e de formação ética e mesmo uma ideia de trabalho como direito, vindos de uma classe trabalhadora que vai se consolidando, ainda que recente e contraditoriamente, mas, produzindo suas ações, movimentos e elementos de identidade.

É importante frisar que aspectos fundamentais da desigualdade racial colocam questões específicas nas condições tanto ao trabalho, quanto à juventude na realidade brasileira. Os índices de precariedade escolar e de trabalho, refletindo consequentemente numa situação social de baixa qualidade, são mais agudos entre os jovens das famílias de ascendência negra.

No Brasil, com a longa existência da estrutura escravista e colonial, a exploração do trabalho de crianças e jovens em regime de escravidão negra e indígena, trabalho familiar e em instituições filantrópicas e religiosas que remontam o período colonial brasileiro são tratadas por Leite (1997), e tomando como base os registros de viajantes e documentos de arquivos públicos.

O processo de escolarização pública é recente em nossa história somente nas últimas décadas do século passado que se universalizou a oferta para o ensino fundamental.

Portanto, o processo de constituição de trajetórias e de ciclos de vida juvenil em nossa sociedade se dá por implicações diferentes daquelas dos países centrais, em que estariam relacionadas, sobretudo, pela expansão e prolongamento do período de escolarização e preparação para o mundo do trabalho e para o universo adulto.

Conforme apuração de Corrochano (2008), as investigações sobre a juventude no Brasil começam pelas manifestações estudantis com os clássicos estudos de Marialice Foracchi (1972) e Otávio Ianni (1994), distante da problemática do trabalho e da produção capitalista.

A autora aponta as pesquisas de Felícia Madeira e Helena Abramo acerca da juventude dos anos 1970, 1980 e 1990 relacionadas com a inserção destas na esfera do trabalho, mas também com a aparição em cena de jovens ligados às manifestações de vida urbana mais “modernas” na área da cultura, arte, lazer e consumo.

Para Madeira (1986 apud CORROCHANO, 2008), essas outras dimensões da vida juvenil estariam relacionadas e possibilitadas pela inserção massiva de jovens na esfera do trabalho. Para além da inquestionável contribuição na renda familiar, o trabalho seria condição de uma vida urbana e juvenil mais independente e que possibilitava o consumo e o lazer, bem como os estudos, permitindo, inclusive, certa mobilidade social e pessoal. Além disso, a autora busca identificar e explicar o fenômeno da *intermitência*³ desses jovens (CORROCHANO, 2008).

Analisando dados da juventude operária, da cidade de Osasco, da década de 1990, diante das transformações da reestruturação produtiva e do trabalho, Martins (2001), capta a assimilação, da maioria dos jovens entrevistados por ela, das mudanças efetivadas nos processos de adaptação das empresas à reestruturação produtiva global, a modernização do trabalho pelas máquinas mais avançadas e dos discursos empresariais, que funcionariam como justificativas ideológicas à concorrência internacional.

Muitos jovens trabalhadores destacam que tiveram que aprender a operar novas máquinas e atualmente operam um número

maior delas, mas não percebem nisso um aumento da intensidade do seu trabalho. Além disso, valorizam bastante as mudanças no tratamento interpessoal diluindo e suavizando as relações hierárquicas no processo de gestão e execução do trabalho e da produção.

Esse aspecto subjetivo, em especial, parece ter mais impacto sobre os jovens trabalhadores, visto que no seu processo de transição à maturidade, a sensibilidade às relações de reciprocidade torna-se parâmetro fundamental para uma relação mais horizontalizada.

Essa predisposição juvenil parece favorecer as perspectivas empresariais de mudanças na gestão implementando maior autonomia de decisão e de participação na perspectiva de ampliar a produtividade através do *envolvimento manipulado* (ANTUNES, 2007): a captação da subjetividade e do saber fazer, e, portanto, do resolver problemas e avançar o desenvolvimento dos processos produtivos.

Entretanto, percebe-se na pesquisa da autora que, pelo menos alguns jovens, não deixam de ter consciência de que “[...] as empresas querem mesmo é aumentar seus lucros” (MARTINS, 2001, p. 14).

Para os teóricos do conceito de Capital Humano, o conhecimento do trabalhador seria um capital, pois constituía uma força produtiva, seu vultoso investimento era um risco para as empresas em termos de investimento, pois seu retorno estaria sob controle do trabalhador, o humano.

Assim, correspondendo ao modelo social do *Estado-de-bem-estar-social*, a formação do trabalhador, bem como o risco de perda e de manutenção desse investimento era deixada a cargo do Estado. Contudo, com os novos modelos produtivos e tecnológicos e com o trabalho mais coletivizado e polivalente, já não há mais um grande risco de investimento na formação, pois o domínio da complexidade do trabalho se desloca do trabalhador individual

para o trabalhador coletivo.

Conforme Santos (2001), a dimensão mais coletiva e polivalente das atividades constitui conhecimentos que circulam entre os diversos trabalhadores deixando de ser exclusivo de um trabalhador especializado. Assim, segundo a autora, demanda-se um perfil relativamente diferenciado, como o processo tecnológico demandaria uma implicação de ordem mais subjetiva do trabalhador. A formação dessa base subjetiva favorável ao modelo deve ser, e pode ser constituída nos processos de formação formal, via escola, bem como por outros processos mais diretamente comandados pelo capital, nas próprias empresas, nos meios de comunicação e até mesmo pelo lazer e a arte.

O valor do capital investido no trabalhador, na forma de capacidade intelectual de trabalho, não representa mais um investimento de longo prazo e de risco. A formação perde seu caráter mais formal e padronizado como na noção de *qualificação* que serviria de parâmetro coletivo para corresponder o saber, a responsabilidade e o salário. A formação torna-se *formação de competências*, ou seja, de valores qualitativos como colaboração, engajamento e mobilidade, que requerem a implicação subjetiva do indivíduo que trabalha.

Fundamenta-se assim, a ideia predominante no mercado de trabalho expressa pelo neologismo “empregabilidade”, a capacidade de se tornar útil e empregável ao sistema e assim competindo com os demais indivíduos, garantir sua sobrevivência bem como seu sucesso pessoal.

Entendemos que não podem ser irrelevantes no entendimento da relação e das condições de trabalho juvenil no Brasil os altos índices do desemprego e da ocupação precária juvenil apontada por Pochmann (1998). E, ainda, as demandas por trabalho e formação profissional apontadas pela pesquisa nacional *Perfil da juventude*

brasileira realizadas pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Perseu Abramo (ABRAMO, 2005), sobre as condições e opiniões da juventude brasileira e os índices altos índices de baixa qualidade da educação e mesmo de um chamado *analfabetismo funcional* entre os jovens, não podem ser irrelevantes no entendimento da relação e das condições de trabalho juvenil.

A *intermitência*, da forma analisada por Madeira (1986 apud CORROCHANO, 2008), para a juventude dos anos 1970 e 1980, deve ser compreendida em situações com mais opções de escolha para os jovens e maior adequação destes aos postos de trabalho. Entretanto, o que se percebe hoje é que há total falta de opções dignas para a juventude, bem como para um contingente crescente das classes trabalhadoras.

Assim, em uma situação de desemprego estrutural e prolongado, somente se pode entender como intermitência entre as diversas situações ocupacionais dos jovens (e dos trabalhadores em geral) de hoje, a rotatividade produzida pela ausência e pela precariedade das ocupações, bem como pela falta de qualidade e perspectivas com a vida escolar, por parte dos jovens das camadas populares como esclareceu Santos (2004).

Tal intermitência, antes de ser uma “atitude juvenil”, estaria, portanto, mais estruturalmente ligada à ausência de possibilidades reais de outra condição com o trabalho.

Corrochano (2008), a esse respeito, apresenta alguns estudos mais recentes que descrevem e analisam as formas em que as mutações no mundo do trabalho atingem os indivíduos. Parece que a preocupação não deveria se restringir ao fato do desemprego juvenil atual, mas de como gerações de desempregados *congénitos* estariam surgindo. Ou melhor, as gerações atuais não enfrenta-

riam as tradicionais dificuldades de inserção juvenil no mercado de trabalho, nem as vicissitudes de situações de estar eventualmente desempregados, mas uma condição mais permanente de “ser” desempregado.

Até que ponto as implicações destrutivas das transformações do mundo do trabalho e as ofensivas discursivas e ideológicas da “*empregabilidade*” estão assimiladas pela juventude? Ou, ao contrário, até que ponto há resistências, ainda que não de todo consciente a essa lógica e discurso? Isso é objeto para investigações mais profundas e abrangentes. Pontos de partida para se compreender como são produzidas pelas novas gerações subjetividades acerca da realidade da esfera do trabalho e da produção capitalista. Entendimentos esses que poderiam contribuir para subsidiar ações políticas dos movimentos de trabalhadores e populares que têm como concepção a necessidade de contraposição política e ideológica ao capitalismo, de ruptura da lógica excludente e concentradora da produção e da exploração do trabalho alienado, para seguir rumo a outro projeto mais humano de sociedade.

A intermitência entre emprego e desemprego gera um ambiente e uma sensação de “*um se virar*”, enquanto “*algo melhor*” não chega. Essa situação, vivenciada por alguns jovens analisados nas pesquisas de Bajoit e Franssen (1997) na Europa, é também apontada por Corrochano (2008) analisando as narrativas dos jovens da sua pesquisa.

Também os jovens entrevistados por nosso estudo demonstraram, na sua grande maioria, essa intermitência acentuada. Diante das condições atuais esse “*algo melhor*” raramente tem chegado para esses jovens que se situam nas bases mais “baixas” dos trabalhadores urbanos. A contradição que fica é que, se por um lado,

o desemprego vivido e sentido por parte dos jovens não significa ausência absoluta do trabalho, por outro permanece de forma prolongada esse sentimento de instabilidade, bem como um sentimento de que ainda não se adentrou, efetivamente, no mundo do trabalho.

Nenhum dos jovens admitiu que já tivesse algum dia desistido de procurar emprego, o que configuraria uma situação de desalento. Parece que estar procurando emprego já denota um valor.

Corrochano (2008) traz análises substanciais das narrativas dos jovens com relação à sua formação no Programa Bolsa Trabalho do governo do Estado de São Paulo⁴.

A autora divide em quatro grupos os jovens que entrevistou partindo das suas representações e de suas vivências narradas: um primeiro grupo marcado desde cedo pelo trabalho como eixo estruturante de suas vidas, inclusive acima da vivência escolar. Um segundo grupo, a maioria formada por jovens que estavam inseridos de alguma forma no mercado de trabalho, mas que devido as condições diversas de trabalho precário, não consideravam que já estivessem com um *trabalho de verdade*. Outro grupo formado por jovens que alcançaram maior escolaridade e também empregos formais e regulares, não se colocavam, porém, numa situação estabilizada e final, pois apresentavam demandas de *melhorar de emprego* via aumento de nível de escolaridade e de projetos para novas experiências de trabalho. Um último grupo seria marcado por certo desprendimento da centralidade do emprego formal, buscando alternativas como cooperativas e de formação em uma profissão que almejassem. Em geral, os jovens deste grupo tinham terminado o ensino médio e alçavam passos na direção do ensino superior considerado como elemento fundamental na tentativa de

dar direção às suas vidas.

Corrochano (2008) demonstra, assim, que nesse conjunto de jovens de sua pesquisa, a despeito das condições sociais muito próximas, e da participação em comum no programa social em questão, havia uma diversidade de experiências e de representações com o trabalho bem como com a ausência deste.

Entretanto, um fator destacado pela autora como presente no conjunto dos jovens seria a demanda que apresentam diante de um sentimento de vulnerabilidade e solidão em relação à transição para uma esfera mais sólida e adulta do trabalho. A autora entende que se trata de fornecer suportes institucionais para além das redes familiares e afetivas, que poderiam corresponder a outras instituições sociais, mas sobretudo de implementação de políticas que realmente os retirasse de uma autorresponsabilização do sucesso e do fracasso em relação a sua vida no trabalho (CORROCHANO, 2008).

Sem negar a responsabilidade do Estado e a necessidade de ações institucionais apontadas pela autora, não se deve esperar, de forma idealista e espontânea, que o Estado seja destituído de seu caráter de dominação de classe, sem que uma nova correlação de forças favorável à classe trabalhadora esteja configurada nas relações econômicas, políticas e sociais.

Assim, é preciso identificar espaços de contradições em todas as esferas sociais que apontem para a necessidade da superação das atuais relações de dominação em favor de uma nova ordem social que aponte para a emancipação humana.

Entretanto, sem compreender a estruturação e as contradições no campo do trabalho e da produção, não há como avançar na superação de um modelo societal que se baseia continuamente na exploração do trabalho humano a partir da base da propriedade

privada.

Lima (2002) salienta como as novas condições e necessidades do capitalismo se constituem, também, em elementos de contradições e necessidades de superação do sistema.

Para ele, as exigências de um novo paradigma de competências e de relações na esfera do trabalho como o diálogo na atividade produtiva, a maior participação do trabalhador nas decisões, a diminuição dos espaços entre a administração, o planejamento e a execução das tarefas, o aprender com os erros, a atenção para com a satisfação do cliente e do trabalhador, a responsabilidade social, ética e ambiental das empresas, não são apenas retóricas, mas condições colocadas pelo atual padrão de desenvolvimento e acumulação do capital, ainda que de forma contraditória, e, às vezes, reduzidas e simplificadas.

Capacidades como a criatividade, a iniciativa, a responsabilidade, a atenção, o cuidado, o trabalho em equipe, a capacidade de negociação, de improvisação e decisão para resolver problemas, a comunicabilidade, a honestidade, capacidade de inovar e aprender, plasticidade e flexibilidade, entre outras, são apregoadas como novos componentes de um *novo perfil* ideal para o trabalhador atual.

Entretanto, esses componentes não deixam de fazer parte, também, de um discurso ideológico e de controle moral que apregoa e se fixa na ideia de “*empregabilidade*” como o valor central do novo mundo do trabalho. Para Lima (2002) as tão exigidas novas capacidades e envolvimento do trabalhador, mesmo que necessárias, não podem, entretanto, se constituir plenamente desenvolvidas. Não podem ser colocadas em efetividade, sem limitações e contradições internas, na produção e em relação com outras esferas sociais.

A plenitude humana do colocar-se no trabalho, ou seja, a autodeterminação subjetiva do indivíduo em dispor de suas energias

físicas e cognitivas diante de uma atividade de trabalho que lhe dê sentido entra em contradição com as relações sociais dominadas pela hierarquia entre as classes, constituindo-se na condição alienada do trabalho.

Portanto, no próprio gesto do trabalhador em atividade de trabalho está posta a contradição entre capital e trabalho, está refletida a contradição entre interesses antagônicos nas relações sociais de trabalho. Frutos de uma relação de venda e compra, cuja mercadoria tem particularidades próprias, visto que a força de trabalho nunca se descola absolutamente de seu possuidor. O trabalhador, portanto é um ato temporário.

A medida e o valor da força de trabalho é o tempo de sua efetivação, contudo, a definição desse tempo é um campo de luta política. As condições de tolerância e concessões na definição de um “tempo normal”, considerado “moral” de trabalho serão definidas pelas condições colocadas pela correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores em cada contexto sócio-histórico.

Os mecanismos mais intensos e complexos de ocultação ideológica, possibilitados e impulsionados pelas tecnologias de comunicação e de produtos culturais, efetivam sua intenção em relação à universalização de valores sociais e produtivos importantes para a lógica econômica e a ordem social capitalista. Tais valores são instrumentalizados e realizados na esfera produtiva nos setores desenvolvidos. Conforme Tavares (2010),

[...] a subjetividade torna-se ‘objetividade’ sob o sistema Toyota; quer dizer, me parece que o toyotismo está conseguindo racionalizar quase que absolutamente a subjetividade humana. Por isto as pessoas não são mais seres humanos, mas capital humano.

Entretanto, a sobrevivência dessa mentalidade capitalista universalizada nas diversas esferas da sociedade é constantemente confrontada com suas reais possibilidades de efetivação, principalmente para os amplos setores sociais populares.

Os jovens do ProJovem entrevistados em nosso estudo apontam, em geral e muito fortemente, um otimismo e uma expectativa de realização pessoal, de valorização do trabalho, da importância dos estudos, da formação de uma profissão, não só para sua sobrevivência, mas também, para sua realização pessoal. Acreditam no futuro, mesmo que estejam em condições muito difíceis de investirem nessas projeções, considerando que o capitalismo não pretende incluir em seu metabolismo toda a potencialidade humana para a criatividade e plenitude de vida. De fato, efetiva-se um desperdício humano, desperdício de poder de humanização da sociedade e da vida.

Em nosso estudo, buscamos o entendimento sobre os jovens não no seu aspecto genérico, nem sobre os jovens brasileiros em geral, mas sobre os jovens e *juventudes* que se inscrevem como atores determinantes e determinados no contexto das relações sociais atuais.

Nesse sentido não há porque cindir a análise desses sujeitos em dicotomias conceituais de seu pertencimento à classe ou à geração. Não se manifestou dúvida nessa investigação sobre o fato de que são jovens e que estão inegavelmente inseridos no contexto social da *classe-que-vive-do-trabalho*. Manifesta-se em cada jovem entrevistado a centralidade do trabalho e da sua condição de trabalhador como eixo de suas vidas. Condição que, no atual contexto histórico, vive um processo de ataque destrutivo por parte do capital.

Como classe trabalhadora, os jovens pobres vivem as dificuldades desse novo contexto que o velho sistema vem impondo. Como

jovens, sofrem de forma específica tais ataques da reestruturação hegemônica do sistema. Em uma análise comparativa intergeracional, estão muito aquém das condições dos jovens das classes médias e altas. Não tendo oportunidade para se inserirem em condições dignas na vida social, visto que a sociedade brasileira se constituiu historicamente com base num distanciamento absoluto entre classes dominantes e dominadas, que ainda se mantém e se renova. Na condição de trabalhadores enfrentam as maiores dificuldades de inserção e de competitividade no jogo do mercado de trabalho, cuja regra da *empregabilidade* tem suas imbricadas artimanhas. Já que o novo paradigma de trabalhador produtivo e competente conjuga a experiência de trabalho com certa qualificação e com certa subjetividade submetida, para que se configure como empregável pelo capital.

Considerando os jovens que entrevistamos, pode-se perceber que estão fragmentados e precarizados nas suas condições materiais e subjetivas, que têm dificuldades em se visualizarem como classe; e, também, muitas vezes, *escorrega-lhes* a dimensão da juventude, sobressaindo em algumas de suas *falas* a permanente “batalha pela vida” presente e futura. Evidentemente, esses jovens apresentam diferenciações nas suas condições de se inserirem e se realizar no universo do trabalho, e na perspectiva de sua formação profissional e escolar. A maioria dos entrevistados manifestou a questão de se obter um trabalho e de enfrentar o mercado como uma atitude sua, individual, ou seja, “cada um tem que se virar”. Situação que não se difere muito daquela, mais geral, da maioria dos trabalhadores na atualidade. A diferença é que para essa nova geração o grau de naturalização desse pensamento (“cada um tem que se virar”), pode atingir níveis maiores, já que não vivenciaram outras situações históricas de relações de trabalho e que estão

ainda mais expostos aos processos de manipulação e ocultação ideológica do sistema, dentro e fora do trabalho. Não quer dizer que os jovens trabalhadores entrevistados não manifestem conflitos e potencial crítico nas suas relações concretas de trabalho. A maioria desses jovens manifestou opiniões e atitudes que tiveram, em algum momento das suas experiências de trabalho, denegar alguns níveis de exploração e de falta de condições dignas de trabalho. Resistiram a alguns tipos de trabalho e atividades que consideraram humilhantes ou muito aquém do que estavam esperando para si. Mas tais reações se inscreveram no campo do pessoal, assim, têm eles a concepção de que só eles próprios, isoladamente, respondem pelo que fazem das suas vidas no trabalho.

As gerações mais recentes das classes trabalhadoras estão, portanto, diante de um duplo desafio: enfrentar as ofensivas destruidoras e desumanizadoras do capital e enfrentar a ausência de projetos e ações políticas efetivas, inclusive os da própria classe. Essa se mantém em uma situação de imobilidade, fruto das desarticulações e fragmentações das últimas décadas.

A rigor, a juventude trabalhadora parece não apresentar grandes novidades de formulação de *sentidos do trabalho* em relação às gerações anteriores. Traduzem até mesmo aspirações clássicas de um “bom emprego” nas suas pretensões ideais. Se por um lado, trazem na bagagem um pouco mais de escolaridade formal, e subjetividade supostamente mais maleável aos novos paradigmas, contudo, não detém desses ingredientes o suficiente para suplantar a qualificação e a experiência das gerações de trabalhadores mais antigas.

Carregam, como as anteriores gerações de trabalhadores submetidos pela exploração, ainda que com formatos diferenciados, a

ambiguidade entre o impulso humanizador e criativo do trabalho e a alienação e opressão da vida pelo trabalho ou por sua ausência.

O trabalho, para a totalidade dos jovens entrevistados por nós, *apareceu* como um dos elementos centrais na fase atual de suas vidas. Nas suas *falas* os jovens apresentaram aspectos diferenciados, mas conjugados sobre a questão. Ficou evidente a importância do trabalho como necessário à manutenção material e à vida em geral, mas também com uma dimensão de existência pessoal e de valor social e moral. Independente da qualidade e da segurança que cada um dos jovens tenha em relação à sua real condição de trabalho, todos têm grande receio do desemprego, ainda que alguns se sustentem nessa condição sem maiores problemas de sobrevivência.

Quanto às condições de trabalho concretas dos jovens entrevistados, e que devem refletir uma situação dada para essas camadas sociais, não manifesta as condições diferenciadas de um trabalho mais humanizado pela tecnologia e pelas novas relações interpessoais de trabalho.

As dificuldades que enfrentam no campo da sobrevivência, que depende das suas condições de trabalho, se ampliam, precarizando outras dimensões de suas vidas. Toda a potencialidade e plenitude de suas vidas esvai-se nas necessidades pela sobrevivência. Há poucas condições desses jovens para acessarem ou criarem cultura, arte, lazer, práticas esportivas, formação, e mesmo de ir e vir pelo espaço da cidade.

Outrossim, os jovens entrevistados ainda demonstram manter seus sonhos, que consistem, para a maioria, em realizar necessidades básicas como moradia, emprego, educação e saúde para si e para seus filhos. Mas os sonhos de futuro estão *presos* aos sonhos

(irrealizáveis?) do presente. O futuro se torna um eterno adiamento do presente desumanamente irrealizado.

Os jovens estão submetidos a um novo contexto de mudanças do capital. Não estão apenas inseridos numa crise institucional e cultural, produzidas por um processo de enfraquecimento das instituições socializadoras tradicionais como a família e a escola e pelo desenvolvimento de sistemas e produtos tecnológicos, mas estão inseridos num contexto de mudanças no qual, a partir da lógica de acumulação de capital e de opressão de classe, são afetadas as suas formas de inserção e sobrevivência na esfera do trabalho. Manipulam-se seus sonhos e expectativas, enquanto retiram-lhes suas condições reais de efetivação. Mitificam ideologicamente os reais potenciais da educação, sobretudo escolar, cultuam os produtos da indústria cultural e o “valor” do consumo.

Como já dissemos anteriormente, tratar das questões que afetam a juventude atual da classe trabalhadora significa estar agindo sobre o futuro político e social da própria classe, pois isso refletirá nas condições em que esta classe estará se renovando e fortalecendo sua identidade e seu potencial transformador da própria humanidade.

Os desafios de apreender as questões específicas dessa juventude se estendem para as esferas estruturantes da vida humana contemporânea. Aqui se põe as possíveis lacunas deste estudo.

Contudo, nosso intuito foi o de colaborar em direção à ampliação da compreensão acerca dos sentidos, para uma parcela da juventude, em relação ao trabalho, de seu potencial transformador individual e da sociedade, a partir mesmo das contradições inseridas em sua própria atividade de trabalho. Mesmo diante das atuais condições produtivas, políticas e sociais, que atinge um es-

tágio superior de controle material e das ideias por parte das classes dominantes.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 447 p.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007. 259 p.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. Tradução de Denise B. Catani. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5, p. 76-95, maio/ago. 1997.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto do Programa Nacional de Inclusão de Jovens**: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM). Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do Projovem, mar. 2005. 66 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12920&Itemid=86>. Acesso em: 23 jul. 2010.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. 444 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06042009-102813/>>. Acesso em: 23 jan. 2010.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972. 168 p.

IANNI, Otávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n. 8, p. 15-35, jan./mar. 1994.

LEITE, Mirim L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 19-52.

LESSA, Sergio. **A ontologia de Lukács, uma introdução**. 2006. Disponível em: <http://www.reocities.com/srglessa/Onto_de_Lukacs.pdf>. Acesso em: 10 maio 2010.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. Ética e Trabalho. In: GOULART, Iris B. (Org.).

Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 69-122.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 244.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: NÚCLEO DE ESTUDOS E APROFUNDAMENTO MARXISTA. **Ontologia social, formação profissional e política**. São Paulo: PUC-SP, 1997. p. 8 a 44. v. 1.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador**: conhecimento e participação. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 fev. 2010.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **O conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 222 p.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003. p. 21-63.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 1998. v. 6.

ROBERTI, Luiz H. **Juventude e Sentidos do Trabalho**: Estudos Sobre Ex-Participantes do ProJovem. Dissertação (Mestrado em Educação)

– Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANCHIS, Enric. **Desemprego Juvenil**. Da escola ao desemprego. Rio de Janeiro: Agir, 1997. 426 p.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano**: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. Rio de Janeiro: FIOCRUZ (EPSJV), 2001. 18 p.

SANTOS, Oder José dos. Reestruturação Capitalista, Educação e Escola. In: FÓRUM NACIONAL DE PEDAGOGIA, Belo Horizonte, 2004. 24 p. Mimeografado.

TAVARES, Rosilene Horta. **Notas de aula**. Faculdade de Educação, Universidade do Federal de Minas Gerais, 2010.

Notas

* Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), em agosto de 2010, sob a orientação das professoras doutoras Antônia V. S. Aranha e Rosilene Horta Tavares (ROBERTI, 2010).

² No Brasil, as ações voltadas para o segmento juvenil só começaram a aparecer, tardiamente, no final dos anos 1990, como respostas aos processos de colapsos urbanos, ampliados sob as lentes hegemônicas da imprensa, que punham nas cenas de violência e marginalidade, sobretudo os jovens das camadas pobres das cidades. As limitações e contradições presentes nessas políticas e ações de um Estado que permanece sob a hegemonia de classe foram apontadas no estudo originário desse artigo.

³ Intermitência entendida como as passagens recorrentes e relativamente rápidas entre o desemprego, emprego, emprego e estudo, estudo e desemprego, desemprego e ausência de estudo.

⁴ O Programa Bolsa Trabalho foi implementado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS) do município de São Paulo (gestão Marta Suplicy/ 2001- 2004) e integrou um conjunto de programas articulados em torno da chamada “Estratégia Paulistana de Inclusão Social” (CORROCHANO, 2008, p. 70).